

GOVERNO ESCOLHE O FACILITISMO E A IRRESPONSABILIDADE

SENTIR GAIA POR INTEIRO

Na apresentação da candidatura de Cancela Moura à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, na Alameda do Senhor da Pedra, no domingo, o Presidente do PSD criticou o Executivo por, em matéria de segurança interna, optar “pelo facilitismo e pela irresponsabilidade”, como aconteceu com os descatos em Reguengos de Monsaraz, na sexta-feira à noite

SENTIR GAIA POR INTEIRO

ALIANÇA DEMOCRÁTICA

CANCELA MOURA



pág. 7

PSD

ABERTURA DO PRÓXIMO ANO LETIVO ESTÁ JÁ MARCADA PELA “INEFICIÊNCIA E ATRASOS”

David Justino e Luís Leite Ramos consideram que a recuperação das aprendizagens “não se resolve só com dinheiro” e devem ser tomadas medidas no curto prazo



pág. 12

LOCAIS

INSTALAÇÃO DE UM CENTRO DE ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS EM VENDAS NOVAS, PSD PEDE EXPLICAÇÕES

O PSD questiona o ministro da Administração Interna sobre os motivos para a escolha da localidade para receber este equipamento social



pág. 13

REGIONAIS

GOVERNO DA MADEIRA CRITICA INDISPONIBILIDADE DAS FINANÇAS PARA DIALOGAR

Pedro Calado, vice-presidente do executivo regional, acusa o ministro das Finanças de falta de vontade em dialogar com o Governo da Madeira sobre os dossiês pendentes



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

DEGRADAÇÃO

A pandemia que pôs o mundo em agitação não chega para explicar o estado de desgoverno a que o país chegou. O estado da Nação é um verdadeiro estado de doença. O Primeiro-Ministro, apesar de estar no pleno exercício de funções, há muito tempo se demitiu de executar um programa de reformas, para governar como se isto fosse "um mar de rosas".

Na saúde, na educação, na economia, nas políticas sociais, na autoridade do Estado, na segurança, na agricultura, na gestão das empresas públicas e na cultura o Executivo limita-se a cumprir mínimos e a gerir expectativas, acumulando fracasso atrás de fracasso.

É um governo sem rumo, que relega para segundo plano as prioridades do país, deixando-o à mercê da clientela socialista, em todos patamares da administração. O PS desistiu de Portugal e só se preocupa em canibalizar o Estado.

É, de facto, uma nação enferma. Os familiares da ministra da Cultura voltam a celebrar contratos com uma empresa da Câmara Municipal de Lisboa. É verdade que a ministra não tem qualquer participação social na sociedade do pai, da mãe e do irmão, mas ela foi vereadora da autarquia, até 2015. Pode até nem estar em causa a prática de um ilícito, mas existe, sem dúvida, um claro conflito de interesses. Pode não estar em causa um crime, mas o facto é passível da maior censura ética.

Aliás, e lamentavelmente, a autarquia de Lisboa tem sido, no passado recente, uma espécie de arena onde se digladiam as duas alas do PS, a moderada e a dos jovens turcos. E, no que toca a contratos públicos, os socialistas não olham a meios para atingir fins. Por exemplo, a Câmara fez um ajuste direto de 425 mil euros a uma empresa, cujo presidente do Conselho Fiscal, José Cardoso da Silva, foi vereador eleito nas listas do PS, com o pelouro das Finanças, no primeiro mandato de António Costa, para oferecer o kit "Lisboa Protege" a quem é vacinado na capital, que, curiosamente inclui um pacote de bolachas de água-e-sal, uma garrafa de água, da mais cara que existe no mercado, e uma peça de fruta importada da Polónia.

Pela prova anexa, fácil é concluir que o PS é exímio em criar, com os velhos vícios, novas oportunidades de negócio.

O outro exemplo do rigor socialista é a derrapagem das obras de reabilitação do Hospital Militar de Belém, que mereceu até uma reprimenda do antigo Presidente da República, Ramalho Eanes. O custo final foi de 3,2 milhões de euros, praticamente quatro vezes superior ao custo orçamentado. Há poucos dias o Ministério da Defesa desclassificou o relatório da auditoria realizada, o que irá permitir que os deputados possam escrutinar toda a operação. A confidencialidade das conclusões dará, com certeza, lugar a uma evidência incontornável. O PS desbarata o dinheiro dos contribuintes e fá-lo, escandalosamente, aos olhos dos próprios.

Para que serve, afinal, um Governo? Sobretudo e principalmente para tomar as decisões, impopulares e difíceis, fazer reformas em nome de um bem maior – o interesse nacional – e garantir a aplicação rigorosa dos nossos impostos.

Não adianta, por isso, que o Governo desvalorize os factos ou alegue que estas situações são casos menores. O dinheiro dos contribuintes é sempre um assunto sério e da maior relevância.

Questiona a sabedoria popular, e bem, "Quem te manda a ti, sapateiro, tocar tão mal rabeção?" Eduardo Cabrita, Matos Fernandes, Graça Fonseca, Brandão Rodrigues, Van Dunem e companhia não sabem da arte e tocam tão mal que a orquestra, a cada quinta-feira, está cada vez mais desafinada. E o Governo é a imagem de um navio sem rumo, que sofre mais um rombo, a cada dia que passa, com o comandante à espreita de um bote de salvação, que o leve para paragens mais seguras.

No dia que se realiza o debate do Estado da Nação, Portugal tem um governo sem noção da realidade, que há de cair no seu próprio ridículo. Um governo que está preso à inação, à incompetência e à resignação. O Estado da Nação é o estado a que chegamos, de uma degradação dos princípios, dos valores, mas também das decisões.

RUI RIO NA APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA

GOVERNO ESCOLHIDO E DA IRRESPONSABILIDADE

Rui Rio acusa o Governo de usar a crise sanitária para justificar os seus próprios fracassos e para não tomar as medidas necessárias para melhorar o dia a dia dos portugueses, como acontece com a escalada do preço dos combustíveis ou com as listas de espera na saúde. "A pandemia não pode servir para desculpar tudo. A pandemia não pode servir para termos a gasolina e o gasóleo dos mais caros da Europa", afirmou Rui Rio.

Na apresentação da candidatura de Cancela Moura à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, na Alameda do Senhor da Pedra, no domingo, o Presidente do PSD criticou o Executivo por, em matéria de segurança interna, optar "pelo facilitismo e pela irresponsabilidade", como aconteceu com os desacetos em Reguengos de Monsaraz, na sexta-feira à noite. "Assistimos em Reguengos de Monsaraz a uma cena de pancadaria perante a repleta passividade das autoridades. Não é assim que se constrói o futuro. Assim, constrói-se o caos", apontou.

Rui Rio criticou ainda o ministro da Administração Interna, a propósito dos festejos do campeonato. "É de uma enorme irresponsabilidade saber-se agora que autorizou [ministro] os festejos do campeonato nacional em Lisboa da forma tal e qual como eles decorreram. Aquilo que o próprio Governo critica, afinal, foi autorizado por esse mesmo Governo. São irresponsabilidades atrás de irresponsabilidades", disse.

Na saúde, Rui Rio lembra que "as listas de espera são um dos cancro deste país, que o PS agravou fortemente".

Sobre as políticas de educação, Rui Rio lamenta que o Governo pressione "as escolas para passar os alunos mesmo que estes não saibam" e por ter eliminado metas curriculares. "Sei que todos os alunos gostam mais de passar de ano do que reprovar, mas todos nós, do que gostamos mesmo é de dar um futuro aos nossos filhos e esse futuro só é dado se eles na escola aprenderem e, só passam de ano, sabendo", explicou.

RUI RIO: VILA NOVA DE GAIA PRECISA DE "MAIS OBRA E MENOS PROMESSA"

Rui Rio defende que o município de Vila Nova de Gaia precisa de "mais obra e menos promessa". "O PS caracteriza-se por fazer muitas promessas e poucas obras. Também aqui em Gaia é muito disso, muita promessa e poucas obras", criticou, referindo-se em concreto às linhas do metro e ao hospital.

Rui Rio acredita que a coligação PSD/CDS-PP/PPM, liderada por Cancela Moura, à autarquia "vai lutar e ter um bom resultado". "Estou convencido de que em 26 de setembro vamos ter um excelente resultado autárquico", sublinhou.



URA DE CANCELA MOURA EM GAIA

LHE “VIA DO FACILITISMO SABILIDADE”



“SENTIR GAIA POR INTEIRO”

Perante cerca de uma centena de apoiantes e militantes, Paulo Rangel, o mandatário da coligação, salientou que esta será uma “batalha difícil”. “Desde 2013 que Gaia se tornou uma terra de pura gestão dos pequenos interesses, das coisas como estão. Nada aconteceu em Gaia depois de 2013”, declarou, destacando ser necessário “romper com esse pântano”.

Paulo Rangel elogiou a coragem de Cancela Moura em encabeçar este projeto. “É como gaiense que eu quero agradecer ao Cancela Moura por ter aceitado, em condições difíceis, mas com espírito de luta, de coragem e de dedicação à sua terra que sempre lhe reconheci, ser o nosso candidato à Câmara Municipal de Gaia”, assinalou.

O eurodeputado traçou o perfil de Cancela Moura. “A coragem de Cancela Moura está documentada na sua vida profissional e pessoal. Ao José Cancela Moura nada foi dado, tudo foi conquistado. Começou a trabalhar muito cedo e, ao mesmo tempo que trabalhou, estudou. Fez-se por si próprio, sempre em ligação com uma participação cívica em tudo o que são associações: no desporto, não apenas no futebol, na ginástica, o hóquei em patins; na música, nas artes, na filantropia na saúde e na educação”, destacou.

Segundo Paulo Rangel, deve-se a Cancela Moura o “compromisso” em travar a batalha contra a terceiro-mundização de Gaia. “Com o empenho de todos, nós podemos surpreender. Esta aliança pode trazer a Gaia um novo tempo e um novo impulso”, enalteceu.

Sílvio Cervan, vice-Presidente do CDS/PP, não quis deixar de dirigir uma palavra de apoio ao amigo. “Trabalhar e ter coragem é uma virtude. Tu [Cancela Moura] és corajoso, trabalhador e tudo o que conseguiste foi pelo mérito, pela tua capacidade. (...) Tens uma tarefa que é muito aliciante, porque quando é aritmeticamente impossível passa a ser para ti mais delicioso”, frisou.



PRESIDÊNCIA

José Cancela Moura admitiu partir “de circunstâncias excepcionais”, mas que o destino para o PSD e parceiros de coligação é “serem chamados a assumir responsabilidades em momentos difíceis”. “Não queremos mais promessas, nem mais anúncios. Temos de apostar noutra modelo de governação para Gaia”, referiu, acrescentando ser um “imperativo de consciência constituir uma alternativa ao atual executivo” e enumerando bandeiras do projeto autárquico como a habitação, mobilidade e transportes.

Cancela Moura sublinhou que, embora Gaia seja o terceiro maior concelho do país, “registra ainda carências estruturais que os oito anos de gestão socialista não resolveram e que, em alguns casos, até se agravaram, por falta de soluções”.

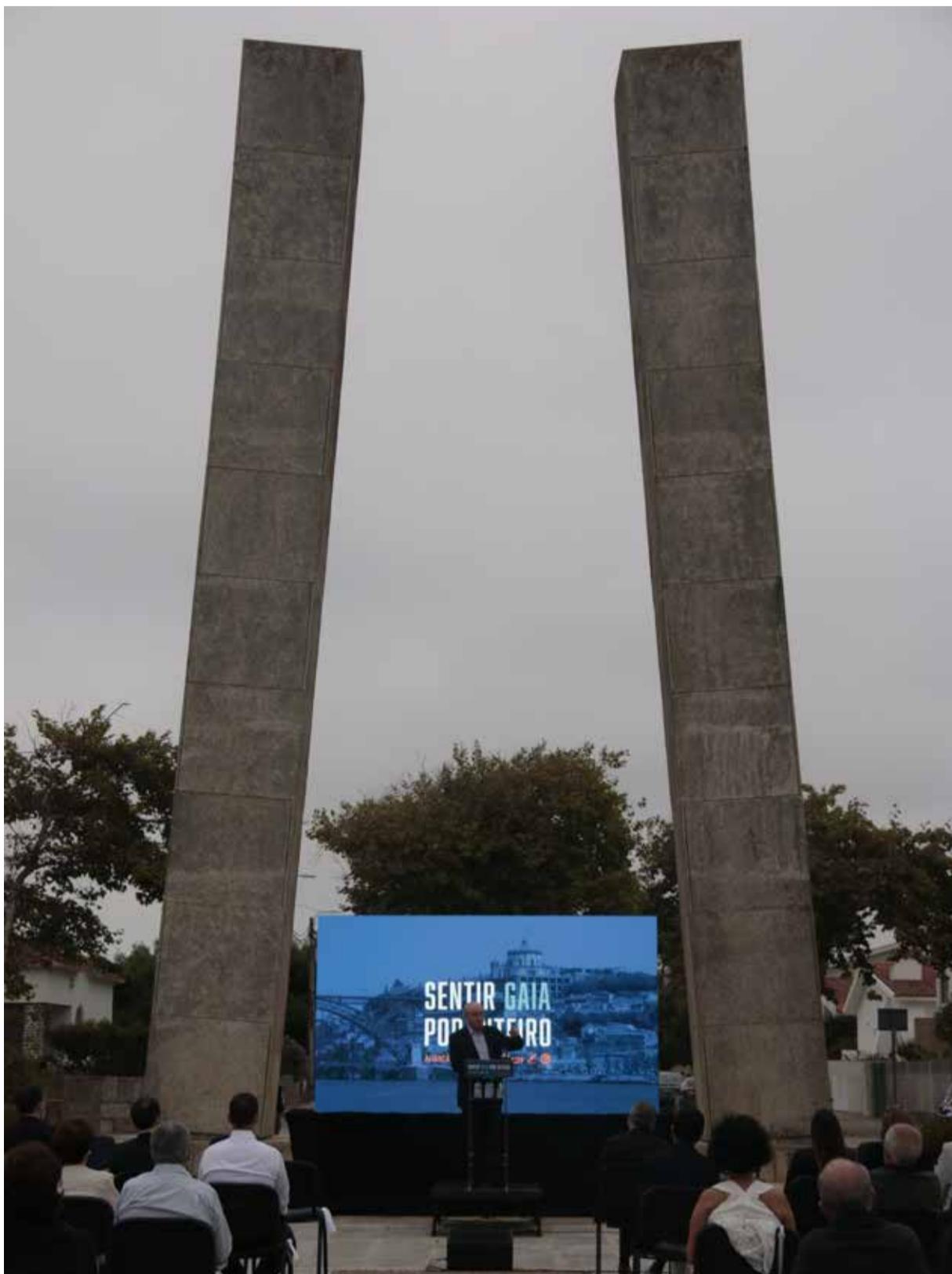
A habitação é um dos maiores problemas com que se deparam os mais jovens e os mais vulneráveis do concelho. “Perante esta emergência social, a Câmara limitou-se a apresentar há poucas semanas, pelos motivos que estão fáceis de perceber, uma estratégia local de habitação e prometeu a construção de 2.000 fogos, até 2026. Outra solução adiada, esta para além do próximo mandato autárquico”, referiu.

Em matéria de mobilidade e de transportes públicos, Cancela Moura considera que a preocupação é diminuir a pegada ecológica, sobretudo por questões racionalidade económica e de justiça social. Por outro lado, “mais de metade do concelho é servido, em exclusivo e em monopólio, por operadores privados, em reiterado incumprimento das concessões”.

O candidato defende que “Gaia precisa de ser mais atrativa para as famílias e para as empresas”, contrariando uma política municipal captação de investimentos assente na isenção de taxas e licenças, a maioria das vezes “sem critério e sem equidade”.

Cancela Moura agradeceu a todos os candidatos às Juntas de Freguesia, “pela disponibilidade e entrega e pela coragem de darem a cara por esta coligação cívica, num momento particularmente difícil”, à Comissão Política do PSD Gaia pela “coesão” construída em família, ao mandatário da candidatura, Paulo Rangel, à Comissão Política Distrital do PSD do Porto, ao grupo parlamentar, aos representantes dos parceiros de coligação e ao líder do PSD, “pela solidariedade”.

“Estamos aqui com o orgulho das nossas raízes, com a convicção das nossas ideias, para levar a nossa mensagem, freguesia a freguesia, porta-a-porta e boca-a-boca, porque quem nos conhece bem sabe que, quanto mais estreito for o caminho, mais determinados e resilientes nós somos. Quero, por isso, desafiar todos os gaienses, sem exceção, a juntarem-se a nós, para ‘Sentir Gaia por inteiro’”, disse.



GOVERNO NÃO CUMPRE PROMESSA DE BAIXAR O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS



Rui Rio acusa o Governo de faltar à palavra sobre o preço dos combustíveis. O Presidente do PSD lembra que, em 2016, o Governo prometeu que só aumentaria o preço dos combustíveis, enquanto o petróleo estivesse em alta. “Temos um Governo que quando aumentou os impostos sobre os combustíveis, em 2016, garantiu-nos que apenas o fazia enquanto o petróleo estivesse baixo. Mal o petróleo aumentasse automaticamente os baixaria para o patamar em que os encontrou de forma que o preço não subisse”, afirmou.

Na sessão de apresentação dos candidatos autárquicos do PSD no distrito de Beja, na quarta-feira, 14 de julho de 2021, Rui Rio declarou não ter dúvidas: “Não fizeram rigorosamente nada e, agora, eu digo outra coisa: estão muito admirados que não tenha cumprido a palavra? Eu acho que não estão, nem os portugueses estão”.

Qualificando de “normal” que o Governo falte à palavra, o Presidente do PSD frisou que os membros do Executivo podem dizer “o que lhes apetercer, porque não vai acontecer nada logo de antemão”. “Em 2016, ainda admite que as pessoas pudessem ter acreditado, mas hoje já temos mais do que experiência de que não vale a pena acreditar”, acrescentou.

Sobre a declaração de inconstitucionalidade dos apoios sociais excecionais à pandemia, o Presidente do PSD considera que não há argumentos jurídicos a apontar ao tribunal, mas apontou o dedo ao Governo por ter pedido a fiscalização dos diplomas, em vez ter decidido pagar os apoios sociais aprovados pelo Parlamento. “Eu respeito a decisão do Tribunal Constitucional. Aquilo que foi a intenção da Assembleia da República e, particularmente, do PSD foi ver se conseguimos mais apoios sociais para as pessoas”, assinalou.



ESCOLHA DO GOVERNO PARA O BANCO DE FOMENTO MOSTRA “CLIENTELISMO” DO PS

Rui Rio critica o Executivo de promover “um sistema” assente no “clientelismo” e dá como exemplo a escolha – entretanto suspensa – para o Banco de Fomento de uma personalidade que “não tem” condições políticas para iniciar funções. “O Governo, em vez de tratar de arranjar outro presidente do conselho de administração, anda a ver o que é que vai acontecer”, declarou.

Para o líder social-democrata, Vítor Fernandes, cuja nomeação para presidente do Banco de Fomento foi suspensa pelo Governo, “não tem, mas já não tinha condições” do ponto de vista político “antes deste episódio”.

Conhecendo “o percurso que [Vítor Fernandes] fez na banca”, Rui Rio sublinhou que o gestor “pertenceu a uma administração da Caixa Geral de Depósitos que teve uma atuação francamente má”. “Parte dessa administração, com ele incluído, foi para o Banco Comercial Português, onde tiveram também uma atuação má e, a seguir, para a administração do Novo Banco, onde, pelo menos sabemos, o que tem feito é arranjar menos valias atrás de menos valias e pôr os portugueses a pagar”, salientou.

Para o Presidente do PSD, esta é “uma fotografia suficiente para não se nomear a pessoa em causa para presidente de um banco que deve ter um papel determinante na recuperação da economia portuguesa”.

Rui Rio entende que a avaliação sobre a “idoneidade” que o regulador, o Banco de Portugal, faz ao ex-administrador “já estava medida ao longo de toda a carreira” do gestor.



RUI RIO NUM ALMOÇO-DEBATE NO INTERNATIONAL CLUB OF PORTUGAL

“PS NÃO QUER MUDAR O SISTEMA”



Rui Rio anunciou que o PSD vai apresentar durante esta semana o seu projeto de reforma do sistema eleitoral. “Já se apresentou a proposta de revisão constitucional. Para a semana, apresentamos a proposta de revisão do sistema eleitoral – não é o sistema político, é uma parte do sistema político, a parte do sistema eleitoral”, revelou.

O Presidente do PSD, que discursava num almoço-debate do International Club of Portugal, na quinta-feira, 15 de julho, reafirmou que o PSD vai bater-se pelas suas propostas, mesmo que o PS, liderado por António Costa, e “apoiado pelo BE e pelo PCP”, possa manter-se pouco aberto para encontrar soluções de revitalização do regime.

Rui Rio lamenta que o PS seja “o expoente máximo do conservadorismo” que impede reformas de aperfeiçoamento da democracia: “Com um bocado de jeito, o PS é ele próprio o sistema e, portanto, não quer mudar”.

E apontou como exemplo a nomeação, entretanto suspensa, de Vítor Fernandes para presidir ao Banco de Fomento. “A preocupação do PS é colocar as suas pedras, é alimentar esse clientelismo”, criticou.

Rui Rio salienta que “não há outra saída” para se conseguir rever a Constituição, fazer reformas no sistema político ou na justiça se não procurar entendimentos com os socialistas. “Por que é que eu insisto em procurar reformas quando o parceiro das reformas demonstrou que não as quer fazer? Primeiro, acima de tudo, porque Portugal precisa. O PS pode não querer uma vez, duas vezes, três vezes. Não faço nenhuma revisão constitucional sem o PS. Isto é aritmético: precisamos de 67% dos votos na Assembleia da República, temos com o PS 81%. Só com o PS é possível”, argumentou.

De acordo com Rui Rio, com as propostas do PSD que estão em cima da mesa, talvez “o país perceba, penalize quem não o quer fazer e, no limite, obrigue quem não o quer fazer a fazer”.



ABERTURA DO PRÓXIMO ANO LETIVO ESTÁ JÁ MARCADA PELA “INEFICIÊNCIA E ATRASOS”



O PSD considera que a “abertura do ano letivo está pendurada pela ineficiência e atrasos do Governo” e sublinha que a recuperação das aprendizagens “não se resolve só com dinheiro”. “A abertura do próximo ano letivo está neste momento pendurada pela ineficiência e pelos atrasos que o Governo, e em especial o Ministério da Educação tem vindo a demonstrar”, afirmou David Justino, em conferência de imprensa, na sede nacional do PSD, em Lisboa, na quinta-feira, 15 de julho.

Apontando que os “efeitos da pandemia” são “consideráveis no que diz respeito ao aproveitamento dos alunos”, o vice-Presidente social-democrata lamentou que, “além daquilo que é um documento apresentado do Ministério da Educação relativamente à recuperação das aprendizagens”, não seja possível “identificar quais são as medidas e que ações é que estão a ser tomadas para que durante o próximo ano letivo se possa fazer essa recuperação das aprendizagens”.

“O Ministério da Educação, que é sempre tão prolixo a produzir orientações e despachos, sobre isto ainda não fez nada. Publicou um documento, encheu o documento de alguns milhões de euros e, a partir daí, as escolas estão completamente ao deus-dará relativamente àquilo que se pretende preparar e planear no próximo ano letivo”, apontou.

David Justino salientou também que as orientações relativas ao próximo ano letivo “já deveriam estar publicadas” e “já nas escolas para serem aplicadas”, uma vez que as aulas devem começar em meados de setembro.

David Justino, que é também coordenador nacional do CEN para a Educação e Desporto, defende que os alunos deveriam ter tido “aulas extra” de recuperação e que “deveria ter-se aproveitado o mês de julho e eventualmente o início do mês de agosto para fazer algumas iniciativas”.

O vice-Presidente do PSD reconhece que “a recuperação das aprendizagens não se faz num ano ou dois” nem “se resolve só com dinheiro, resolve-se acima de tudo com planeamento, orientações claras para as escolas puderem recuperar os seus alunos e, acima de tudo com mais trabalho”.

Por outro lado, especificou, esta recuperação não pode acontecer através de um “abaixamento dos níveis de exigência” e apontou que existe “uma pressão enorme” junto das escolas e professores para que os alunos passem de ano “independentemente de saberem ou não”. “Os danos provocados nesta geração de estudantes são incomensuráveis”, alertou, dando como exemplo os alunos do primeiro ciclo que, se não aprenderem a ler e a calcular “vão carregar com este défice durante vários anos”.

E lamentou ainda que “deixou de haver instrumentos de avaliação de desempenho”.

Sobre o recrutamento de docentes, David Justino afirmou que é necessário “tornar a profissão mais atrativa” e “definir o perfil do professor” e indicou que “há grupos de docência que têm falta de professores”.

PORTUGAL ESTÁ SEM “MINISTRO DA EDUCAÇÃO”

Luís Leite Ramos, vice-Presidente do grupo parlamentar do PSD, lembrou que existe a “sensação de que o país não tem Ministro da Educação” e alertou que “professores

e diretores das escolas estão preocupados com a falta de orientação”.

Para o deputado, “o problema é que há seis anos” o “Governo não faz uma reforma, não toma uma decisão de fundo”, pelo que “é natural que o sistema esteja, em muitos domínios, perto de um colapso”.

“[O Executivo] Queixa-se da Assembleia, queixa-se de uma série de outras entidades e, portanto, naturalmente que isto não é forma de governar, mas é mais uma imagem de marca do ministro da Educação, que não o quer ser”, sustentou.

Luís Leite Ramos lamenta que o Governo continue a “desvalorizar, facilitar, baixar o nível e substituir o mérito pela mediocracia” e “em vez de enfrentar os problemas, assumir as dificuldades, correr os riscos e resolver esses problemas, faz queixinhas”.

O deputado sintetizou ainda o que o PSD preconiza para a recuperação das aprendizagens e que passa por “avaliar e monitorizar, mais meios” e “soluções diversificadas”, como maior carga horária, tutoria ou acompanhamento.

“Depende dos problemas em cada escola, depende dos problemas em cada disciplina, não há uma solução única, universal e a falta de conhecimento impede de desenhar um plano muito mais rigoroso e muito mais objetivo”, defendeu, concluindo que o PSD apresentou um projeto de resolução que recomendava ao Governo medidas para a recuperação das aprendizagens.



PSD REQUER APRECIÇÃO PARLAMENTAR DO NOVO REGULAMENTO CONSULAR

O grupo parlamentar do PSD requereu a apreciação parlamentar do decreto-Lei nº 51/2021, de 15 de junho, que aprova o Regulamento Consular, e que “veio introduzir algumas alterações substanciais” no funcionamento da rede consular.

Para os deputados social-democratas, “salta sobretudo à vista a eliminação dos vice-consulados da categoria dos postos consulares, previsto pelo artigo 74.º, decisão que está em clara contradição com o público reconhecimento da eficácia do funcionamento destes postos nos últimos anos”.

Por outro lado, alerta o PSD, “o modelo encontrado no passado para a chefia dos vice-consulados é suficientemente pragmático para permitir a sua adaptação a cidades com especificidades que obrigam à existência de chefias com uma vertente técnica mais adequada, o que era até aqui garantido com o recrutamento de diplomatas ou de técnicos dos serviços internos ou externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, consoante as situações em causa”.

Agora, com este novo diploma, estes técnicos vêem-se “arredados da seleção para a chefia destes postos, decisão extremamente sectária sob o ponto de vista profissional, que vem aliás retirar aos decisores políticos um instrumento importante para uma gestão mais eficaz e mais versátil, para além do evidente aumento de custos que esta medida implica. (...) É igualmente questionável a alteração das competências dos cónsules honorários, prevista no n.º 8 do artigo 21.º, que ficam impedidos de ser autorizados a emitir documentos de viagem, situação incompatível com a realidade da nossa diáspora e da nossa comunidade empresarial, tão espalhadas pelos países e regiões mais recônditos, onde, por vezes, os documentos provisórios de viagem não resolvem os problemas concretos de cada cidadão”.

O PSD atenta que as “alterações terão sempre impacto quer nas nossas numerosas comunidades espalhadas pelo mundo, quer no plano da divulgação da nossa cultura e dos nossos produtos económicos e na captação de investidores estrangeiros”.



PSD APRESENTA VOTO DE CONDENAÇÃO PELA REPRESSÃO DAS AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS



O grupo parlamentar do PSD apresentou, no Parlamento, um voto de condenação pela repressão exercida pelas “autoridades governamentais cubanas contra o exercício dos direitos fundamentais de liberdade de expressão e de protesto pacífico”.

Para os deputados do PSD, “os protestos pacíficos constituem um valente exercício de direitos fundamentais, em especial os de liberdade de expressão e liberdade de reunião, não devendo ser restringidos e, muito menos, reprimidos através da violência”.

O PSD lembra que “as forças de segurança procederam a dezenas de detenções e envolveram-se em confrontos com manifestantes”, além de que, “durante os protestos, em Havana, a polícia disparou contra os manifestantes”. “Cuba vive dias amargos, depois das manifestações históricas em várias cidades no passado fim de semana, exigindo mais liberdade para o território, a crise tornou-se política. Protestos em Cuba contra o regime comunista, manifestantes de norte a sul da ilha pretenderam dizer ao regime cubano, via redes sociais, que é chegado o tempo de democratizar o país”, expõe o PSD.

“Agastados com a crise económica, que agravou a escassez de alimentos e medicamentos e obrigou o governo a cortar a eletricidade durante várias horas por dia, milhares de cubanos saíram às ruas espontaneamente no domingo, em dezenas de cidades do país, aos gritos de ‘Temos fome’, ‘Liberdade’ e ‘Abaixo a Ditadura’”, denuncia o PSD.

VOTO DE SOLIDARIEDADE PARA COM A COMUNIDADE PORTUGUESA NA ÁFRICA DO SUL

Também, esta quarta-feira, o PSD entregou na Assembleia da República um voto de solidariedade para com a comunidade portuguesa na África do Sul, a propósito da onda de violência que atinge aquele país.

“É, por isso, fundamental que haja uma congregação de esforços em prol de um acompanhamento internacional real e coeso aos nossos portugueses e lusodescendentes a residir na África do Sul. Não se pode permitir nem coadunar com um acompanhamento que se encerra em palavras e que não apresenta uma posição e uma estratégia claras”, apela o PSD.

PSD QUESTIONA GOVERNO SOBRE “DIVERGÊNCIA E EMPOLAMENTO PROPAGANDÍSTICO DE DADOS” NA VACINAÇÃO



O grupo parlamentar do PSD entregou uma pergunta ao Governo em que questiona a ministra da Saúde sobre a diferença entre os dados comunicados pelo Ministério da Saúde à Our World in Data e os dados fornecidos pela Direção-Geral da Saúde/Task Force sobre a vacinação.

Na pergunta, o PSD, com base em notícias divulgadas, “existe uma divergência entre os números divulgados pelo governo no dia 2 de julho, num gráfico retirado da plataforma Our World in Data e os dados que a Direção-Geral de Saúde e a Task Force da Vacinação têm como reais para o mesmo período, no que diz respeito ao número de vacinas administradas. Nesse dia, o Governo anunciou Portugal como líder da vacinação contra a covid-19 na União Europeia com base nesse mesmo gráfico”.

“A fonte do Our World in Data é o Ministério da Saúde, que indicava que em dois dias Portugal tinha ultrapassado a marca das 200 mil doses de vacina administradas, um número que a Task Force da Vacinação diz nunca ter sido alcançado. À revista Sábado, os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) terão indicado que houve um “lapso”, sem avançar mais pormenores sobre o que efetivamente ocorreu e durante os três dias subsequentes a este contacto entre o meio de comunicação e a entidade, os dados sobre o número de vacinas administradas (total e por dia) estiveram ocultos no portal do SNS”, aponta o PSD.

A bancada social-democrata refere ainda que “os SPMS não responderam sobre se a fonte dos dados divulgados pelo Our World in Data foi o Ministério da Saúde, como habitualmente, nem se a comunicação sobre Portugal ser líder da vacinação europeia se baseou ou não em dados oficiais. Também se recusaram a responder sobre quem é o responsável pela divulgação dos dados no portal do SNS”.

“A confirmar-se que houve um efetivo empolamento dos dados, que sustentou afirmações propagandísticas do país como líder europeu da vacinação, e não havendo, até hoje, nenhum esforço de esclarecimento sobre os números reais, nem após o pedido de informação por parte dos meios de comunicação, considera o PSD que esta é uma situação grave que coloca sobre o processo de vacinação um manto de opacidade e falta de transparência que mina a tão necessária confiança dos portugueses. Considera ainda o PSD que, se se verificar que os dados enviados pelo Ministério da Saúde foram aumentados de forma reiterada, está o governo a agir de má-fé para criar uma perceção enganadora da situação real, e a manipular uma ferramenta estatística de monitorização internacional, colocando em causa o bom nome de Portugal face aos restantes Estados-Membros”, denuncia o PSD.

O PSD pergunta:

- Foi enviada informação incorreta para a plataforma Our World in Data? Se sim, quantas vezes ou durante que período de tempo?
- A informação enviada para a plataforma Our World in Data foi empolada ou ocorreram situações de divergências para valores abaixo dos registados pelas outras entidades?
- Portugal atingiu algum dia a marca das 200 mil doses de vacinas administradas conforme indicação do Our World in Data?
- Portugal esteve na liderança da vacinação entre os Estados-Membros da União Europeia com base em dados reais, idênticos aos da Direção Geral da Saúde e da Task Force ou com base em informação falsa?

INDEFINIÇÃO LABORAL DE TÉCNICOS DO PLANAPP, PSD QUER OUVIR A MINISTRA DA PRESIDÊNCIA

O PSD está preocupado a indefinição laboral de 51 técnicos especializados, que foram recrutados através da bolsa de recrutamento centralizado da Administração Pública, em 2019, e foram colocados, em abril deste ano, no Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública (PlanAPP).

Em requerimento, na sexta-feira, 16 de julho, os deputados do PSD querem ouvir a ministra de Estado e da Presidência na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias do Parlamento. O PSD sublinha que a situação destes “trabalhadores se tem degradado, com alguns deles já sem rendimento e outros que deverão perdê-lo nas próximas semanas”.

Apesar de aquele organismo ter sido formalmente constituído em março, “permanece inativo e os trabalhadores recrutados aguardam há quase quatro meses para iniciar funções e assinar contrato com o Estado”.

De acordo com o “Expresso”, 51 técnicos especializados foram contratados para o efeito, entre os quais, juristas, economistas, gestores, matemáticos, engenheiros, sociólogos e outros especialistas.

O PlanAPP é “um organismo do Estado, integrado na Presidência do Conselho de Ministros e sujeito ao poder de direção da ministra da Presidência Mariana Vieira da Silva, e do próprio Primeiro-Ministro António Costa, tem por missão apoiar a definição das linhas estratégicas, das prioridades e dos objetivos das políticas públicas”, refere o PSD.



CHEIAS NA ALEMANHA, BÉLGICA, LUXEMBURGO E PAÍSES BAIXOS: PSD APRESENTA VOTO DE PESAR

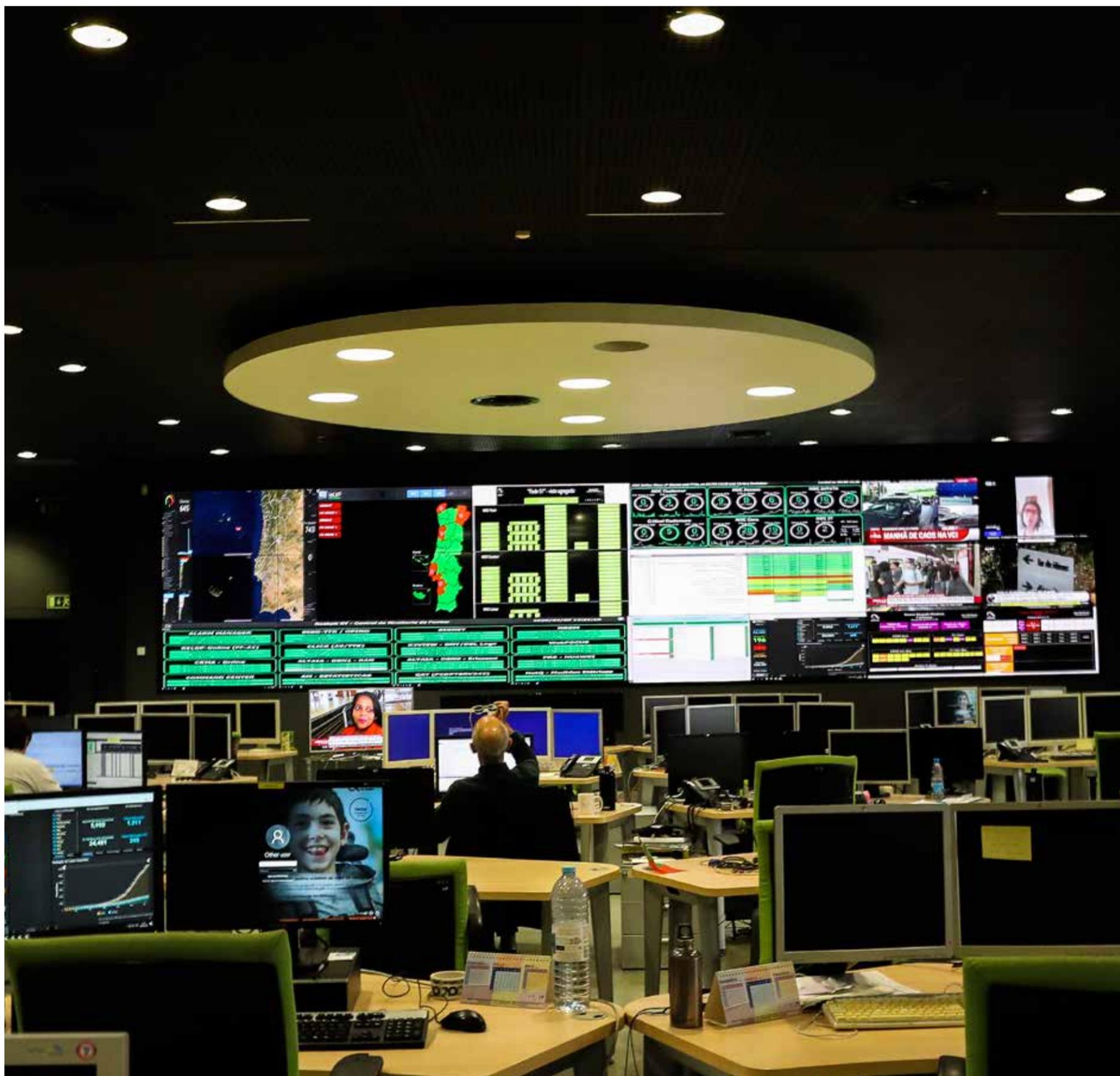
O PSD entregou no Parlamento um voto de pesar pelas vítimas das cheias na Alemanha, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos.

O grupo parlamentar do PSD manifesta a sua “solidariedade ao povo e às autoridades da Alemanha, Bélgica, Luxemburgo e dos Países Baixos e apresenta a suas mais sentidas condolências pelas vítimas das cheias ocorridas nos últimos dias”.

A Europa central, mais em concreto na Alemanha, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos, foi fustigada por graves cheias e inundações provocadas por um sistema de baixas pressões que se está a mover lentamente sobre a região. Os especialistas descrevem como sendo as maiores chuvas registadas em cem anos. O mau tempo provocou cerca de duas centenas de vítimas mortais.



PSD ACOMPANHA COM PREOCUPAÇÃO A SITUAÇÃO DA ALTICE



O PSD acompanha com preocupação o panorama das telecomunicações em Portugal, em particular a situação da Altice, operadora de telecomunicações que anunciou um despedimento coletivo de cerca de 300 trabalhadores.

Numa pergunta à ministra do Trabalho e ao ministro das Infraestruturas, na sexta-feira, os deputados do PSD recordam que a empresa confirmou, em junho, que irá avançar com rescisões e reduções de postos de trabalho, decisão que explica como o resultado do “ambiente regulatório hostil, falta de visão estratégica do país e o contínuo, lamentável e profundo atraso do 5G, bem como a má gestão” da nova geração de telecomunicações.

“A comunicação social vem dando conta de um arrastado ambiente difícil entre os operadores de telecomunicações e o regulador, a ANACOM, havendo divergências profundas, nomeadamente quanto à atribuição de licenças para as Redes 5G, processo em que Portugal está entre os mais atrasados da Europa, afastando potenciais investidores do País, tal como alerta a OCDE. Em bom rigor, também o Governo acumulou razões de queixa entre o Secretário de Estado das Telecomunicações, Alberto Souto de Miranda, e o regulador, há cerca de um ano atrás, e já no contexto das Redes 5G”, expõe o PSD.

“A situação retratada pela comunicação social é de molde a não deixar tranquilo o país, particularmente quando por força da pandemia o desemprego tende a aumentar. Está o Governo em contacto com a Altice? Tem o Governo a noção destes factos”, pergunta o PSD.

O PSD pergunta:

- *Está o Governo a acompanhar a situação que se vive no sector das telecomunicações?*
- *A situação retratada pela comunicação social é de molde a não deixar tranquilo o país, particularmente quando por força da pandemia o desemprego tende a aumentar. Está o Governo em contacto com a Altice? Tem o Governo a noção destes factos?*
- *A situação num grande empregador como a Altice deve ser acompanhada de perto, particularmente em momentos destes. Prevê o Governo a adoção de alguma medida nesta matéria?*

INSTALAÇÃO DE UM CENTRO DE ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS EM VENDAS NOVAS, PSD PEDE EXPLICAÇÕES

Perante a decisão do Governo de avançar com a instalação de um centro de acolhimento de refugiados em Vendas Novas, o PSD questiona o ministro da Administração Interna sobre os motivos para a escolha da localidade para receber este equipamento social.

Numa pergunta a Eduardo Cabrita, o grupo parlamentar do PSD qualifica o anúncio de “inesperado”, “que surpreendeu as instituições públicas e a população local”.

Segundo o PSD, na audição do dia 14 de julho, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, o ministro da Administração Interna anunciou o financiamento de cerca de 1,5 milhões de euros para a instalação de um centro de acolhimento de refugiados que o Serviço Jesuíta aos Refugiados (JSR) vai gerir em Vendas Novas”.

Entretanto, o autarca de Vendas Novas acusou o Governo de ter “menosprezado” o município, alegando não terem sido dadas informações prévias sobre a instalação de um centro de acolhimento de refugiados na cidade.



O PSD pergunta:

1. Foi feito algum estudo que sustente a escolha de Vendas Novas? Quem efetuou tal estudo, quando e a pedido de quem?
2. Quais os motivos e razões para a escolha da localidade de Vendas Novas?
3. Qual a capacidade do Centro de Acolhimento?
4. O Governo informou ou ouviu a Câmara Municipal de Vendas Novas sobre a instalação do referido Centro de Acolhimento? Em que datas? E qual o sentido do parecer da Edilidade?
5. Qual é a expectativa que o Governo tem para a participação da comunidade e das instituições locais na criação e instalação do Centro de acolhimento?
6. Na definição do local, foram considerados os serviços disponibilizados pelo Estado no concelho de Vendas Novas e as eventuais vulnerabilidades que urge corrigir como seja a inexistência de um Serviço de Urgência Básica?

PSD QUESTIONA CARÊNCIAS DA EXTENSÃO DE SAÚDE DE SANTA CATARINA NAS CALDAS DA RAINHA

Os deputados do PSD eleitos pelo círculo de Leiria questionaram a ministra da Saúde sobre as carências de funcionamento na extensão de saúde de Santa Catarina, nas Caldas da Rainha, devido à falta de médicos de família.

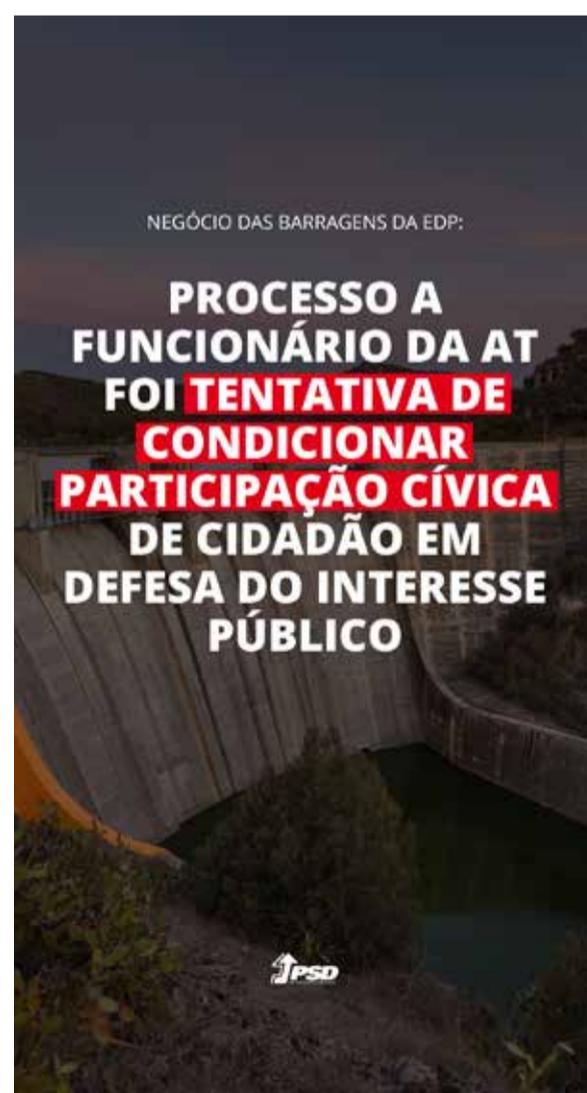
“A falta de planeamento na organização” do polo de Santa Catarina, integrado na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) das Caldas da Rainha, no distrito de Leiria, foi denunciada pelo deputados social-democratas na Assembleia da República, onde questionaram a ministra Marta Temido sobre a contratação de médicos de família para esta valência.

Na pergunta, formalizada na sexta-feira, os deputados alertam que a falta de profissionais leva a que os pedidos de receituário “cheguem a demorar mais de 20 dias”, o que, “aliado à falta de consultas da especialidade e de profissionais de saúde para dar resposta condigna, leva ao desespero de centenas de utentes que sem mobilidade e sem recursos financeiros ficam impossibilitados de aceder aos seus medicamentos, quer por falta de receitas, quer pela falta de recursos, que permitam usufruir dos medicamentos”.

Estas situações, referem, têm “consequências dramáticas em muitos dos casos” e afetam cerca de 2.000 utentes daquela unidade de saúde.

Na pergunta ao Governo, os deputados questionam se o ministério pretende “colmatar as falhas apontadas” com as dotações necessárias, nomeadamente através da contratação de recursos humanos, ou se, pelo contrário, a ministra “assume que os utentes desta unidade de saúde continuem a ser prejudicados”.

O polo de Santa Catarina integra o Centro de Saúde das Caldas da Rainha, uma das unidades do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Oeste Norte, cuja área de influência abrange ainda os concelhos de Alcobaça, Bombarral, Nazaré, Óbidos e Peniche, contando com cerca de 180 mil utentes inscritos.



GOVERNO DA MADEIRA CRITICA INDISPONIBILIDADE DAS FINANÇAS PARA DIALOGAR



O ministro das Finanças tem mostrado indisponibilidade para dialogar com o Governo da Madeira sobre os dossiês pendentes, entre os quais a revisão do subsídio social de mobilidade, acusou o vice-presidente do executivo regional, Pedro Calado.

“Um problema na mesa do ministro das Finanças nunca será resolvido porque nunca teve tempo para falar com o Governo Regional apesar das várias tentativas”, declarou Pedro Calado na Assembleia Legislativa da Madeira, dia 15, no decorrer do debate potestativo requerido pelo grupo parlamentar do JPP subordinado ao tema “Ilhas Desafortunadas: A Madeira e o Porto Santo no contexto da política de mobilidade aérea e marítima do Século XXI”.

O governo madeirense vai continuar a exigir que o Estado cumpra as promessas relacionadas com a mobilidade área e marítima e considerou que este plenário apenas serviu o objetivo da “oposição, que é o achincalhamento político” ao promover usar esta prerrogativa para “debates vazios”, defendeu o governante.

“Não se discutiu as promessas falhadas pelo PS e o Governo da República”, venceu.

“Sabemos que os tempos são difíceis e que a pandemia ainda não terminou, mas tudo faremos para manter a população segura, bem como a economia e o turismo a funcionarem e a criar condições para que tenhamos mais mobilidade, quer marítima, quer aérea, sem, contudo, deixar de exigir que o Estado cumpra o que promete”, declarou.

O responsável falou de várias medidas implementadas pelo governo insular nesta área, assegurando que até a revisão do subsídio social, vai adiantar a verba das viagens dos estudantes, mencionando que, desde 01 de novembro de 2018, está a funcionar o Programa Estudante Insular, que “já beneficiou praticamente 5.200 estudantes”.

Esta medida regista “mais de 41 mil processos, aos quais correspondem mais de 35 mil viagens realizadas”, indicou.

“Para 2022, voltámos a reservar verbas para este importante programa que tanto apoia socialmente as nossas famílias e os nossos jovens”, revelou.

Segundo o responsável do executivo madeirense de coligação PSD/CDS, isto representa a afetação de “4,2 milhões de euros, a que se acresce 5 milhões de euros orçamentados para este ano”, visando “garantir que os estudantes paguem, apenas, 65 euros por viagem”.

Pedro Calado também mencionou que está em vigor o incentivo para os madeirenses passarem férias no Porto Santo, contribuindo para “apoiar e dinamizar o tecido empresarial e economia local” naquela ilha durante a pandemia.

Sobre o subsídio social de mobilidade, indicou que a Madeira investiu, desde 2016, “cerca de 5,5 ME e contabilizou mais de 272 mil processos de reembolso”, adiantando que “a emissão via Portal SIMplifica regista cerca de 60.000 certificações de residência na região para permitir

o acesso à dedução do valor do apoio no momento da aquisição dos bilhetes do transporte marítimo e aéreo inter ilhas.

Na área dos transportes marítimos, Pedro Calado realçou que foi eliminada a Tarifa de Uso Portuário, o que teve um impacto na ordem dos 4 ME nas empresas importadoras e contribuiu para uma redução dos produtos para o consumidor final.

A eliminação da taxa para toda a movimentação de carga, graneis, sólidos e líquidos, “flats” e contentores cheios dedicados à exportação de produtos regionais e a isenção da Tarifa de Tráfego de Passageiros a aplicar aos navios ferry, assim como a aplicação de taxas reduzidas e uniformizadas para todas as operações de carga rodada transportada nesses navios, com reduções tarifárias entre 89% e os 96%, foram outras medidas implementadas que realçou.

Pedro Calado reforçou que as reivindicações da Madeira no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, nomeadamente a inclusão de uma verba de 172 milhões de euros para a extensão do porto do Funchal, “não foram aceites pela República”.

Foi igualmente rejeitada a proposta de realização de um investimento de 66 milhões de euros para dotar o aeroporto da Madeira de novas infraestruturas e equipamentos e criar um programa de encaminhamentos de voos entra a Madeira e o Porto Santo.

PRESIDENTE DO GOVERNO DOS AÇORES QUER FIM DA “SUBSIDIODEPENDÊNCIA DE MÃO ESTENDIDA”

O presidente do Governo Regional dos Açores afirmou que o executivo pretende “acabar com a subsidiodependência de mão estendida”, potenciando “a capacidade de melhorar rendimentos”.

De acordo com um comunicado do Governo, numa intervenção na Assembleia Legislativa Regional, José Manuel Bolieiro destacou que o atual Governo criou um programa que visa a “mudança de paradigma” no combate à pobreza, acrescentando ter a “profunda convicção” de que nas causas se podem “atacar as consequências da pobreza”.

“Temos a profunda convicção de que nas causas podemos atacar as consequências da pobreza e sim, o Programa do Governo, as Orientações de Médio Prazo são um pressuposto planeamento que vão ao encontro desta mudança e alteração das causas”, disse o líder do executivo.

O governante disse ter dado “prioridade máxima à educação, como elevador social para combater a exclusão e promover a inclusão”.

Além disso, o Governo adotou “a saúde pública como elemento essencial para garantir que o acesso à saúde transforme a sociedade, do presente e do futuro”, tornando-a “mais capaz de contribuir para o trabalho, para a felicidade e para a capacidade de criação”.

José Manuel Bolieiro adiantou ainda que o Governo Regional definiu “a qualificação profissional como essencial para aumentar o nível das qualificações das pessoas para o mundo da integração no mercado de trabalho na produção da riqueza”.

O chefe do executivo disse ainda que se potenciou “complementos remuneratórios que compensassem e libertassem rendimentos para aqueles que não beneficiam dessa redução fiscal e fruto do seu trabalho têm rendimentos escassos para a dignificação do seu trabalho e da sua dedicação à criação de riqueza”.

Bolieiro disse ter-se apostado na solidariedade, “apoiando com meios de sobrevivência quem mais precisa” e através de uma “política de descentralização”, envolvendo o poder local com meios para acudir às necessidades mais emergentes.

O responsável citou a aposta no apoio às IPSS e Misericórdias, destacando-as “como auxiliares da promoção e da inclusão na rede social pública”, permitindo “acudir às principais necessidades”.

Para o presidente do Governo, “o elemento habitacional é decisivo no combate à pobreza, mas sobretudo na inclusão da sociedade”.

GOVERNO DOS AÇORES CONCLUIU NEGOCIAÇÕES COM TÉCNICOS DE DIAGNÓSTICO

O secretário da Saúde do Governo dos Açores, Clélio Meneses, anunciou, dia 15, que está “concluído” o acordo com os técnicos de diagnóstico e terapêutica, com a atribuição de um ponto e meio por ano de serviço.

No plenário da Assembleia Regional, que decorreu na cidade da Horta, o secretário regional avançou que o acordo foi “concluído com o envolvimento dos trabalhadores na solução encontrada”.

“A solução encontrada vai no sentido de que há a valorização de um ponto e meio para todos os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, independentemente



do vínculo a que estão ligados”, acrescentou o governante do executivo açoriano.

Em 22 de junho, o secretário regional da Saúde dos Açores disse que, “até final de julho”, deveriam estar concluídas as negociações com vista à reposição das carreiras

dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, que terá efeitos práticos “este ano”. Em 26 de março, a Assembleia dos Açores aprovou, por unanimidade, uma proposta para a contabilização do tempo de serviço dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica (TSDT), atribuindo um ponto e meio na avaliação entre 2009 e 2018.

ASSEMBLEIA DOS AÇORES RECOMENDA REFORÇO DOS AGENTES DE SEGURANÇA

A Assembleia Legislativa dos Açores aprovou, dia 14, por unanimidade, um projeto de resolução, subscrito pelo PSD, que recomenda ao Governo da República o reforço de efetivos das forças de segurança na Região.

Na proposta, lê-se que a Assembleia Regional “recomenda ao Governo da República que crie condições para a fixação de profissionais das forças de segurança na região autónoma dos Açores”.

“Não é novidade para ninguém que os Açores precisam de um reforço efetivo das suas forças de segurança, nem é desconhecido que ao nível da Polícia de Segurança Pública existe um défice aproximado de 200 agente e precisamos deles para garantir uma verdadeira e eficaz proteção”, afirmou o deputado do PSD/Açores Luís Soares na apresentação do diploma.

Segundo o parlamentar social-democrata, o reforço do número de efetivos das forças de segurança é imprescindível “para garantir uma verdadeira e eficaz prestação de serviço de defesa e proteção das pessoas e bens”.

“Por exemplo, a PSP tem cerca de 900 elementos no arquipélago, distribuídos pelas 35 esquadras das nove ilhas. No entanto, há agentes que são contabilizados como estando nos Açores apesar de estarem destacados para outras unidades orgânicas fora da Região. Outros encontram-se em situação clínica de incapacidade para o serviço e que constam do número de ativos”, frisou.

De acordo com Luís Soares, a iniciativa alerta para a necessidade de um reforço urgente e imediato de efetivos de agentes da PSP nos Açores e, por conseguinte, para as 35 esquadras existentes no arquipélago.

“Propomos que o reforço de efetivos da PSP nos Açores se inicie com a próxima colocação de agentes, resultante da conclusão, prevista para o final de setembro de 2021, do 16.º curso de formação da Escola Prática de Polícia”, referiu.

A Assembleia Legislativa dos Açores recomendou ainda ao Governo da República “que defina uma agenda plurianual da transferência dos efetivos em falta, tendo em conta a disponibilidade do número de novos agentes formados”.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



SECÇÕES

ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Anadia, para reunir, em sessão ordinária, no dia 30 de Julho (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, na Sede do Atlético Clube de Famalicão, Praceta Marquês da Graciosa, em Famalicão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Autárquicas 2021 - Dar parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autarquias Locais e aprovar o Programa Eleitoral, sob proposta da Comissão Política de Secção, de acordo com o art.º 53º, nº 2 alínea f) dos Estatutos do PSD.

Nota: Se à hora marcada, não estiver presente o número de militantes necessário para preencher o quórum, nos termos dos Estatutos, a Assembleia de Secção realizar-se-á no mesmo local, 30 minutos depois, isto é, às 21H30, com qualquer número de militantes presentes.

A escolha do local para a realização da Assembleia deve-se ao facto de a nossa Sede não dispor das condições necessárias para respeitar o distanciamento que a DGS recomenda. A Assembleia será realizada de acordo com as normas sanitárias emitidas pela DGS, sendo obrigatório o uso de máscara.

ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Arcos de Valdevez, para reunir, no próximo dia 30 de Julho (sexta-feira), pelas 21H00 no Auditório da Escola EB 2,3/S de Arcos de Valdevez (Agrupamento de Escolas de Valdevez), sita na Rua Dr. Joaquim Carlos da Cunha Cerqueira, Arcos de Valdevez, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos autárquicos locais (artigo 53º, nº 2, alínea f), dos Estatutos);

2. Análise da situação política.

NOTA: Se à hora designada não tiver comparecido o número necessário de militantes, a reunião realizar-se-á meia hora mais tarde.

CHAVES

Ao abrigo do disposto nos artigos 53º e 54º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves para reunir no próximo dia 30 de julho (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, na Sede local, sita na Avenida Tenente Valadim, 47 E, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Autárquicas 2021, nos termos da alínea f), nº 2 do art.º 53º dos Estatutos;

2. Outros Assuntos.

Nota: De acordo com o disposto no número 2 do artigo 69º dos Estatutos, se na reunião acima convocada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, fica desde já convocada uma nova reunião da Assembleia de Secção, no mesmo local e dia, decorridos que sejam trinta minutos, a qual funcionará com qualquer número de presenças;

A reunião será realizada de acordo com as normas sanitárias emitidas pela DGS, sendo obrigatório o uso de máscara e respeitado o distanciamento social.

ILHAVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Ílhavo para o próximo dia 31 de julho(sábado) de 2021, pelas 21H00, no Auditório do Museu Marítimo de Ílhavo com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;

2. Apreciação das candidaturas aos Órgãos Autárquicos e das

linhas estratégicas do programa eleitoral;
3. Outros assuntos de interesse geral.

LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Lisboa para reunir, no dia 28 de julho (quarta-feira) de 2021, pelas 21H00, por Videoconferência através da plataforma Zoom, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação e aprovação do Programa Eleitoral para a cidade de Lisboa, no cumprimento dos Estatutos Nacionais do PSD, Artigo 53, n.º 2, alínea f).

Alerta-se para o facto de a credenciação começar às 20H30, sendo que para melhor condução dos trabalhos, apela-se aos militantes que façam o login nessa hora.

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Oeiras, para reunir no próximo dia 28 de Julho de 2021 (quarta-feira) pelas 21H00 no Largo Avião Lusitânia nº15, Oeiras, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;

2. Apreciação das listas candidatas aos órgãos Autárquicos em Oeiras;

Nota: Tendo em conta a situação pandémica em que vivemos, com inúmeras restrições, nomeadamente o distanciamento físico entre pessoas, a reunião funcionará em modo misto.

Neste sentido os militantes podem participar através das seguintes opções:

Militantes que pretendam participar presencialmente na reunião terão obrigatoriamente de comunicar tal vontade para o endereço de correio eletrónico ola@psdoeiras.pt.

Não será autorizada a presença na sala a quem não tenha procedido à comunicação.

Os militantes que pretendam participar no plenário por videoconferência podem solicitar o acesso para o endereço eletrónico ola@psdoeiras.pt

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal para reunir dia 28 de Julho (quarta-feira) de 2021, pelas 21H00, em formato de videoconferência, através da plataforma digital Zoom com o endereço

<https://us02web.zoom.us/j/83631511559> face à obrigatoriedade do recolher obrigatório no concelho a partir das 23H00, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações aos militantes;

2. Dar parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autarquias Locais art.º 53.º, alínea f) dos Estatutos do PSD;

3. Análise da situação político-partidária.

TONDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção de Tondela para reunir no próximo dia 30 de julho de 2021 (sexta-feira) pelas 21H15 em formato misto presencial e on-line devido às condições da situação pandémica. A reunião presencial terá lugar no Auditório Municipal de Tondela, sito na Rua Comendador Alberto Cardoso Matos 97, em Tondela. Os militantes poderão também aceder e participar na reunião através da Plataforma digital Zoom com a seguinte

ID da reunião 811 8819 8679,
Senha de acesso 393030.

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;

2. Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais às eleições de 26 de setembro de 2021, sob proposta da Comissão Política, nos termos do artigo 53º, n.º 2 f) dos Estatutos do PSD;

3. Contributos para a preparação do Programa Eleitoral para as eleições autárquicas de 26 de setembro de 2021.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os militantes da JSD Oeiras para reunir em Plenário de Militantes no dia 29 de julho de 2021, pelas 20h30, na Plataforma Digital Zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Balanço do terceiro trimestre de mandato
- 2 – Eleições Autárquicas
- 3 – Informações e outros assuntos

Nota: As instruções de acesso à reunião serão disponibilizadas nas redes sociais da JSD Oeiras.